



Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2025 e 2024
com Relatório dos Auditores Independentes e Relatório da
Administração

AZEVEDO & TRAVASSOS ENERGIA S/A

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas Em 31 de dezembro de 2025.

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	13
Balancos patrimoniais	18
Demonstrações do resultado	19
Demonstrações do resultado abrangente	20
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	21
Demonstrações dos fluxos de caixa	22
Demonstrações do valor adicionado	23
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras	24

Relatório da Administração



Cumprindo disposições legais e estatutárias, a Administração submete aos Acionistas as demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025.

1. Visão Geral e Destaques do Período

O exercício de 2025 representou um marco na trajetória da Azevedo & Travassos Energia S.A. (“ATE” ou “Companhia”), caracterizado por sua consolidação como companhia independente no setor de óleo e gás e pelo avanço consistente na construção de sua base operacional.

Dentre os principais destaques do período, ressaltam-se:

- conclusão da reorganização societária e início da negociação das ações na B3 (AZTE3);
- avanço na execução da estratégia de crescimento no segmento onshore;
- evolução operacional dos ativos, com intervenções e retomada de produção;
- qualificação da subsidiária Azevedo & Travassos Petróleo S.A. como operadora Classe C perante a ANP;
- fortalecimento da estrutura de capital por meio de aumento de capital com emissão de bônus de subscrição;
- avanço em parcerias estratégicas e aquisição de ativos relevantes no setor.

Ao longo do exercício, a Companhia evoluiu de uma estrutura em formação para uma plataforma operacional em desenvolvimento, posicionando-se para crescimento sustentável no setor de exploração e produção de petróleo e gás natural.

2. Principais Eventos do Exercício de 2025

O exercício de 2025 marcou a consolidação da Azevedo & Travassos Energia como companhia independente no setor de óleo e gás, com avanços relevantes na estruturação societária, no desenvolvimento de seus ativos e na construção de sua base de capital.

No **primeiro trimestre de 2025**, a Companhia obteve aprovação da conversão do registro para categoria A na CVM e teve início a negociação de suas ações na B3, estabelecendo a Companhia como uma plataforma independente de energia com

Relatório da Administração



acesso ao mercado de capitais.

Ainda ao longo do **primeiro semestre de 2025**, a Companhia iniciou a execução de sua estratégia operacional na Bacia Potiguar, com destaque para o **Campo de Andorinha**, incluindo o início de atividades relacionadas à perfuração e avaliação de poços. Nesse contexto, o **poço 3-AND-5-RN** foi objeto de comunicados ao mercado, refletindo avanços relevantes na campanha operacional, incluindo etapas de perfuração, avaliação e testes, que contribuíram para o melhor entendimento do potencial produtivo do ativo.

Paralelamente, a Companhia também divulgou atualizações relacionadas ao **Campo de Tanatau**, incluindo atividades operacionais e avaliações técnicas dos ativos, reforçando a estratégia de desenvolvimento e revitalização de campos terrestres. Esses comunicados evidenciam a atuação da Companhia na geração de valor por meio de otimização de ativos maduros e incremento de produção.

Ao longo do **segundo trimestre e início do terceiro trimestre de 2025**, a Companhia deu continuidade às atividades operacionais, com intervenções em poços, testes e iniciativas voltadas à estabilização e incremento da produção nos campos sob sua gestão.

No **terceiro trimestre de 2025**, a Companhia atingiu um marco regulatório relevante com a qualificação de sua subsidiária Azevedo & Travassos Petróleo S.A. como operadora Classe C perante a ANP. Essa habilitação representou um avanço estrutural na ampliação de sua autonomia operacional, permitindo à ATP assumir a operação de campos de petróleo e gás, incluindo os ativos que compõem os Polos Barrinha e Porto Carão, que são objeto do processo de aquisição junto à Brava Energia.

Ainda no **terceiro trimestre de 2025**, a Companhia fortaleceu sua estrutura de capital por meio de aumento de capital acompanhado da emissão de bônus de subscrição, instrumento que contribui para o financiamento das atividades operacionais e do desenvolvimento de seus ativos.

Ao longo do **segundo semestre de 2025**, a Companhia continuou a reportar avanços operacionais em seus ativos, incluindo evolução de produção, intervenções técnicas e otimização de desempenho, com destaque para os campos da Bacia Potiguar, evidenciando a progressiva consolidação de sua capacidade operacional.

Dessa forma, ao longo de 2025, a Companhia evoluiu de uma estrutura societária recém-estabelecida para uma plataforma em desenvolvimento operacional, com avanços

Relatório da Administração



consistentes em governança, execução e capitalização. A evolução dos ativos de Andorinha e Tanatau, aliada à qualificação da ATP como operadora perante a ANP, posiciona a Companhia para a próxima fase de crescimento, com foco na ampliação de produção e geração de valor.

3. Estratégia operacional

- ✓ Investir significativamente na melhoria da infraestrutura das estações coletoras e poços nos campos detidos pela Phoenix, buscando: (a) aumentar a eficiência dos poços já produtores, (b) retomar a produção nos poços que estão parados temporariamente e (c) incrementar a comercialização de gás natural, que teve início oficialmente no Campo de Periquito no 3º trimestre de 2025.
- ✓ Investir em perfuração de novos poços nos campos detidos pela Phoenix, conforme previsto nos respectivos planos de desenvolvimento.
- ✓ Realizar as ações necessárias através da perfuração e completação de poços pioneiros para confirmar as reservas possíveis dos blocos exploratórios detidos pela Phoenix, com a finalidade de declarar suas comercialidades e torná-los campos produtores.
- ✓ Assumir a operação dos campos adquiridos da Brava e implementar um programa amplo de reativação de poços parados para obter um rápido incremento da produção de óleo nestes ativos.
- ✓ Aprimorar os processos de gestão das intervenções realizadas nos poços, com o objetivo de racionalizar os custos e maximizar os resultados operacionais.
- ✓ Acompanhar os indicadores de produtividade e lifting cost na produção de petróleo e gás natural das empresas, visando a melhoria do desempenho dos seus poços e a gestão financeira do grupo;
- ✓ Dar sequência ao plano de expansão das reservas por meio da aquisição de ativos de exploração e produção, consolidação de micro e pequenos operadores de campos maduros terrestres e participação em licitações para produção e exploração em áreas onshore disponibilizadas pela ANP.

Relatório da Administração



4. Cenário atual

O exercício de 2025 marcou o incremento da produção da Companhia após as intervenções nos poços produtores de gás da Phoenix e intervenções em poços produtores de óleo dos Polos Barrinha e Porto Carão, que atualmente ainda são operados pela Brava.

Ao longo do ano de 2025, a ATE, através da sua subsidiária integral ATP, obteve qualificação como operadora, obteve pareceres favoráveis da ANP para cessão dos contratos da Brava, visando a efetiva operação os ativos do Polo Porto Carão e Polo Barrinha, adquiridos da Brava Energia, conforme comunicados divulgados ao mercado em 10/02/25.

A ATE seguirá avaliando oportunidades que se apresentarem à Companhia, conforme seu planejamento estratégico de consolidação do segmento de produtores independentes de petróleo terrestre no Brasil.

5. Desempenho Econômico e Financeiro – (31/12/2025)

6.1. Receita

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, a Companhia registrou receita bruta consolidada de R\$ 3.097 mil, superior aos R\$ 2.278 mil apurados no exercício de 2024. A variação positiva reflete o início dos efeitos das iniciativas operacionais implementadas ao longo do período, ainda que a Companhia permaneça em fase de expansão e investimentos.

A ATE encontra-se em fase de investimentos, seja em novos ativos, haja vista o acordo de parceria comercial com a PVE e a aquisição de campos no Polo Porto Carão e Polo Barrinha, seja na execução de diversas intervenções em poços existentes e investimentos em novos poços nos campos da Phoenix, para a melhoria na eficiência e aumento de sua capacidade produtiva. Nesse tocante, a produção da ATE encontra-se reduzida, com expansões mais expressivas previstas para ocorrer quando o processo de cessão dos ativos componentes dos Polos Porto Carão e Barrinha for concluído.

6.2. Resultado

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentou prejuízo

Relatório da Administração

Líquido de R\$ 9.854 mil, refletindo o desempenho operacional e financeiro do período. No exercício anterior, encerrado em 31 de dezembro de 2024, havia sido apurado prejuízo líquido de R\$ 38.651 mil.

6.3. Endividamento Consolidado

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentava endividamento bancário no montante de R\$ 2.182 mil, composto por operações com instituições financeiras, com vencimentos distribuídos em diversos prazos. Em 31 de dezembro de 2024, o endividamento totalizava R\$ 2.289 mil. A redução de R\$ 107 mil no período reflete, principalmente, a amortização regular das obrigações financeiras ao longo do exercício.

6.4. Capital Social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social da Companhia totalizava R\$ 296.521 mil, representando um aumento em relação aos R\$ 193.289 mil registrados em 31 de dezembro de 2024. A variação decorre das integralizações realizadas ao longo do exercício, conforme deliberado pelos acionistas, refletindo o fortalecimento da estrutura de capital da Companhia.

6.5 Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2025, o Patrimônio Líquido da Companhia totalizava R\$ 248.016 mil, representando um aumento em relação aos R\$ 154.638 mil registrados em 31 de dezembro de 2024. A variação positiva de R\$ 93.378 mil decorre, principalmente, do resultado do exercício, bem como de demais movimentações ocorridas no período.

7. Sustentabilidade, Governança e Responsabilidade Corporativa

Governança Corporativa e Integridade

A Azevedo & Travassos Energia S.A. adota práticas de governança corporativa alinhadas às exigências regulatórias e às melhores práticas de mercado, com foco na transparência, integridade, equidade e prestação de contas aos seus acionistas e demais partes interessadas.

A estrutura de governança da Companhia contempla a atuação de órgãos estatutários

Relatório da Administração

e mecanismos de controle que visam assegurar a adequada supervisão da gestão, a mitigação de riscos e a conformidade com a legislação e regulamentação aplicáveis.

Nesse contexto, a Companhia vem desenvolvendo um Programa de Compliance estruturado, que estabelece diretrizes e procedimentos voltados à prevenção, detecção e tratamento de desvios de conduta, bem como à promoção de uma cultura organizacional baseada em princípios éticos e de integridade.

Como parte desse programa, a Companhia dispõe de um Canal de Denúncias independente, acessível a colaboradores e terceiros, que permite o reporte, de forma confidencial e, se desejado, anônima, de situações que possam representar violações às normas internas, legislação vigente ou padrões éticos. Os relatos recebidos são tratados com independência e rigor, assegurando a devida apuração e adoção das medidas cabíveis.

Adicionalmente, a Companhia conta com um **Comitê de Ética estatutário**, responsável por acompanhar e deliberar sobre temas relacionadas à conduta ética, ao cumprimento das políticas internas e à integridade das relações institucionais. A atuação desse comitê reforça o compromisso da Companhia com elevados padrões de governança e contribui para a consistência na aplicação de suas diretrizes.

O Código de Ética e Conduta da Companhia, disponível ao público em seu site de Relações com Investidores, estabelece os princípios e diretrizes que orientam a atuação de seus administradores, colaboradores e parceiros, servindo como referência para a tomada de decisões no âmbito de suas atividades.

A Companhia permanece comprometida com o aprimoramento contínuo de seus mecanismos de governança, buscando fortalecer seus processos, controles internos e práticas de gestão, em linha com a evolução de suas operações e com as expectativas do mercado.

O nosso compromisso com a ética e com nossos valores fundamentais -- Integridade, Comprometimento, Atuação Responsável, Foco no Resultado e Tradição e Evolução -- são fundamentais para atingirmos um crescimento responsável e sustentável.

Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS)

A Companhia conduz suas operações com foco na excelência em **Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS)**, reconhecendo esses pilares como elementos fundamentais

Relatório da Administração



para a sustentabilidade de suas atividades no setor de óleo e gás.

A Companhia adota uma abordagem de melhoria contínua de seus processos e controles operacionais, com o objetivo de fortalecer sua cultura de segurança, mitigar riscos operacionais e assegurar a conformidade com a legislação e regulamentação aplicáveis. Nesse contexto, encontra-se em fase de estruturação a implementação de um **Sistema de Gestão Integrada**, alinhado às normas ISO aplicáveis às áreas de qualidade, meio ambiente e saúde e segurança ocupacional.

Responsabilidade Social

A Companhia busca atuar de forma responsável nas regiões em que está presente, promovendo iniciativas que contribuam para o desenvolvimento social das comunidades locais e para o fortalecimento de seu relacionamento institucional.

No âmbito social, a Companhia iniciou, em 2025, ações voltadas ao relacionamento com as comunidades localizadas em suas áreas de atuação, com o objetivo de promover desenvolvimento social e fortalecer o vínculo com seu entorno operacional.

Destaca-se, nesse contexto, a realização do “Dia da Cidadania”, promovido na comunidade de Cordão de Sombra II, na zona rural do município de Mossoró. A iniciativa contou com o apoio de autoridades locais e proporcionou à população acesso a serviços essenciais, atividades de lazer e ações voltadas ao bem-estar da comunidade, com especial atenção ao público infantil.

A realização desse evento reflete o compromisso contínuo da Companhia com a geração de valor compartilhado e com a promoção de iniciativas que contribuam para o desenvolvimento social das regiões onde atua, em linha com as melhores práticas ambientais, sociais e de governança (ASG).

A Companhia permanece comprometida com o aprimoramento de suas práticas de SMS e responsabilidade social, buscando alinhar suas operações aos mais elevados padrões do setor.

Equidade, Diversidade e Inclusão

A Companhia reconhece a equidade, a diversidade e a inclusão como elementos fundamentais de sua cultura organizacional e de sua agenda de governança.

Relatório da Administração



Nossos processos de recrutamento, seleção, promoção e avaliação de desempenho são conduzidos com base em critérios objetivos, fundamentados nas competências técnicas, no desempenho e no potencial de desenvolvimento de seus colaboradores.

A Companhia não admite qualquer forma de discriminação e veda práticas que resultem em diferenciação de oportunidades ou de remuneração por fatores não relacionados à capacidade profissional, em linha com seus princípios de integridade e com as diretrizes de seu Programa de Compliance.

Adicionalmente, promovemos a conscientização interna sobre a importância do respeito à diversidade, reforçando esses valores como parte integrante de nossa cultura organizacional.

Em atendimento ao disposto no artigo 133, § 6º, da Lei nº 6.404/1976, conforme alterada pela Lei nº 15.177/2025, a Companhia disponibiliza informações relativas à composição de seu quadro de colaboradores, contemplando a distribuição de homens e mulheres nos diferentes níveis hierárquicos.

A apresentação dessas informações tem como finalidade assegurar maior transparência quanto à representatividade de gênero na Companhia, bem como possibilitar o acompanhamento da evolução da composição de seu corpo funcional, em conformidade com a regulamentação aplicável.

As tabelas a seguir detalham: (i) a quantidade e a participação percentual de mulheres por nível hierárquico; (ii) a quantidade e a proporção de mulheres em posições de administração; e (iii) a remuneração base e total, discriminada por sexo, para cargos ou funções equivalentes no âmbito da Companhia.

Relatório da Administração

Tabela I – Quantidade e participação percentual de mulheres por nível hierárquico

Nível Hierárquico	2025		2024		Variação 2024/2025
	Quantidade	% de Mulheres	Quantidade	% de Mulheres	Percentual de Mulheres na Função
Gerente	3	60%	3	60%	0,00%
Coordenadores/Supervisores	2	33%	0	0%	33,33%
Não-liderança	5	11%	1	4%	7,02%
Total	10	16%	4	12%	3,67%

Tabela II - Quantidade e proporção de mulheres em posições de administração

Nível Hierárquico	2025		2024		Variação 2024/2025
	Quantidade	% de Mulheres	Quantidade	% de Mulheres	Percentual de Mulheres na Função
Diretoria	1	33%	1	33%	0%
Conselho de Administração	0	0,00%	0	0,00%	0%
Total	1	16,67%	1	16,67%	0%

Tabela III - Remuneração base e total por gênero

Nível Hierárquico	2025		2024	
	Proporção Salário Base Mulher/Homem	Proporção Remuneração Total Mulher/Homem	Proporção Salário Base Mulher/Homem	Proporção Remuneração Total Mulher/Homem
Gerente	103%	103%	101%	101%
Coordenadores/Supervisores	93%	93%	-	-
Não-liderança	71%	71%	67%	67%
Diretoria	100%	100%	100%	100%
Conselho de Administração	-	-	-	-
Total	142%	142%	224%	224%

1. A Companhia esclarece que para definição das informações incluídas na linha “Não-liderança” foram considerados colaboradores que ocupam os cargos de “Analista”, “Assistentes”, “Técnicos” e “Operadores” dentro da estrutura da Companhia.
2. Para fins de apuração das informações acima, foram considerados todos os colaboradores da Companhia que, nas datas-base de 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2025 mantinham vínculo com a Companhia.
3. As informações relativas à remuneração, elaboradas em conformidade com a Lei nº 15.177/2025, não têm como finalidade, necessariamente, estabelecer comparação direta entre homens e mulheres em cargos idênticos ou de igual valor. Assim como, não consideram diversos critérios que influenciam a estrutura salarial, como a área de atuação, o nível de responsabilidade da função, o grau de qualificação técnica, o desempenho individual, o tempo de vínculo com a companhia, a experiência no cargo, entre outros aspectos que, nos termos da legislação aplicável, podem justificar diferenças remuneratórias legítimas entre colaboradores, independentemente de gênero.

8. Instrução CVM 381/03

Conforme a Instrução CVM 381/03, a empresa Taticca Auditores Independentes S.S. não efetuou outros serviços para a Companhia além do exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

9. Declaração da Diretoria

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do § 1º do art. 27, da Resolução CVM nº 80, de 29/03/2022, os Diretores declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Relatório da Administração



São Paulo, 31 de março de 2026.

Ivan de Carvalho Junior
Diretor Presidente

Bernardino de A. Pimentel Mendes
Diretor Executivo de Operações

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Azevedo & Travassos Energia S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Azevedo e Travassos Energia S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as principais políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Azevedo e Travassos Energia S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Ativos Intangíveis no segmento de petróleo e gás em controlada indireta

Em 2024, a Companhia adquiriu um investimento no segmento de petróleo e gás por meio de uma combinação de negócios. O processo de alocação do preço de aquisição (PPA — *Purchase Price Allocation*), conduzido nos termos do CPC 15 (R1) / IFRS 3 — *Combinação de Negócios*, foi concluído no terceiro trimestre de 2025, dentro do prazo de mensuração permitido pela norma, com os respectivos ajustes reconhecidos nas demonstrações financeiras da Companhia. A relevância do investimento adquirido, a complexidade inerente ao processo de mensuração dos ativos e passivos identificáveis a valor justo na data da aquisição e os impactos contábeis decorrentes da conclusão do PPA foram os fatores determinantes para a classificação deste assunto como principal assunto de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos controles internos estabelecidos pela administração para determinação e alocação do preço de compra, incluindo a metodologia de avaliação adotada, as premissas e os dados utilizados nos cálculos, bem como a determinação da contabilidade da combinação de negócios, incluindo a competência técnica dos especialistas.

Com o apoio de nossos especialistas da área de avaliação de negócios, analisamos o modelo do fluxo de caixa descontado apresentado, incluindo sua coerência geral lógica e aritmética, bem como a razoabilidade das principais premissas adotadas, como a taxa de desconto e a taxa de crescimento, comparando-as, quando disponíveis, com dados de mercado, na identificação e mensuração dos valores justos de ativos adquiridos e passivos assumidos.

Confrontamos as principais premissas das projeções de caixa com orçamentos aprovados pela administração da Companhia, e efetuamos uma análise de sensibilidade das principais premissas para avaliar situações em que as variações resultariam em diferença material.

Por fim, verificamos os principais impactos contábeis e fiscais da mensuração do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos na combinação de negócios, bem como as divulgações efetuadas nas notas explicativas da administração às demonstrações financeiras.

Realização de imposto de renda e contribuição social diferidos

Conforme descrito na nota explicativa 25, a Companhia reconheceu os impostos diferidos ativos com base na probabilidade razoável de que gerará lucro tributável futuro para a utilização de tais ativos no montante de R\$ 20.484 mil. Devido à relevância dos saldos, bem como as incertezas inerentes ao negócio que impactam as projeções de resultado tributável futuro, e suas estimativas para determinar a capacidade de recuperação desses impostos ativos diferidos, e também pelo fato da diretoria exercer um julgamento significativo na determinação do valor dos lucros tributáveis futuros, que são baseados em premissas que refletem o ambiente econômico e operacional da Companhia, consideramos esse assunto como significativo para nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:

Nossos procedimentos de auditoria realizados incluíram, mas não se limitaram a:

- (a) Obtivemos o entendimento dos controles internos relacionados às projeções de lucros tributáveis futuros preparadas pela diretoria e aprovadas pelos órgãos de governança;
- (b) Envolvemos nossos especialistas de impostos diretos na avaliação da base do prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social bem como das diferenças temporárias que compõem a base tributável;
- (c) Obtivemos a projeção dos lucros tributáveis futuros da Companhia preparados pela diretoria e, avaliamos as premissas adotadas, incluindo os preços projetados, projeções de custos operacionais, perfis de produção e taxas de câmbio, confrontando-as, quando aplicável, com informações de terceiros. Além disso, realizamos discussões com a diretoria, avaliando também se as premissas foram definidas e aplicadas de acordo com as características dos negócios da Companhia;
- (d) Conferência da completude e cálculos matemáticos das projeções dos lucros tributáveis futuros;
- (e) Realizamos indagações aos profissionais-chaves das áreas de planejamento e operação, bem como avaliamos indicadores de mercado em busca de evidências contraditórias às premissas-chaves utilizadas pela diretoria;
- (f) Avaliamos a suficiência das divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas relacionadas a realização de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que os impostos diferidos ativos reconhecidos, e mensurados pela diretoria, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro, e emitir um relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 31 de março de 2026.

TATICCA Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP-03.22.67/O-1
CVM 12.220

Aderbal Alfonso Hoppe
Sócio
Contador CRC - 1SC020036/O-8-T-SP

ADERBAL ALFONSO
HOPPE:5415602500
4

Assinado de forma digital por
ADERBAL ALFONSO
HOPPE:54156025004
Dados: 2026.03.31 13:33:04
-03'00'

**Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)**

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativo					
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	7	7	1.195	37
Estoques	7	-	-	62	104
Adiantamento a fornecedores	8	17	-	488	108
Impostos a recuperar	9	-	-	9	21
Despesas antecipadas		8	-	25	5
Outras contas a receber	10	60	-	3.543	6
		92	7	5.322	281
Ativo não circulante					
Imposto de renda e contribuição social diferida	25	-	-	20.484	18.971
Outras contas a receber	10	-	-	11.361	7.169
Partes relacionadas	13	-	-	-	200
		-	-	31.845	26.340
Investimentos	11	257.033	154.823	-	-
Imobilizado	12	53	16	137.240	17.162
Intangível	12	-	-	93.966	148.479
		257.086	154.839	231.206	165.641
Total do ativo		257.178	154.846	268.373	192.262
Passivo					
Passivo circulante					
Fornecedores	14	1.181	155	4.034	1.404
Empréstimos e financiamentos	15	-	-	2.051	1.982
Arrendamento por direito de uso	16	-	-	-	505
Salários, provisão para férias e encargos sociais	17	-	-	762	392
Obrigações tributárias	18	92	-	813	326
Outras contas a pagar	19	-	-	1.098	4.905
		1.273	155	8.758	9.514
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	15	-	-	131	307
Arrendamento por direito de uso	16	-	-	-	1.227
Obrigações tributárias	18	20	-	2.863	1.570
Provisão descomissionamento de campo		-	-	124	-
Outras contas a pagar	19	-	-	612	18.949
Partes Relacionadas	13	7.869	53	7.869	6.057
		7.889	53	11.599	28.110
Total do passivo		9.162	208	20.357	37.624
Patrimônio líquido					
Capital social	20	296.521	193.289	296.521	193.289
Prejuízos acumulados		(48.505)	(38.651)	(48.505)	(38.651)
		248.016	154.638	248.016	154.638
Participação dos acionistas não controladores		-	-	-	-
Total do passivo e patrimônio líquido		257.178	154.846	268.373	192.262

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais, exceto pelo lucro/prejuízo por ação)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita de venda e serviços prestados, líquida	22	-	-	2.873	2.198
Custos na venda de produtos e serviços prestados	23	-	-	(1.174)	(1.487)
Lucro bruto		-	-	1.699	711
Receita (despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	23	(3.603)	(432)	(9.214)	(3.496)
Amortização e depreciação	23	(6)	-	(3.871)	(3.528)
Honorários dos administradores	23	(27)	-	(95)	(26)
Outras receitas e (despesas) operacionais	23	-	84	3.495	(50.833)
Equivalência patrimonial	11	(6.193)	(38.302)	-	-
Prejuízo operacional		(9.829)	(38.650)	(7.986)	(57.172)
Receitas financeiras	24	-	-	3	-
Despesas financeiras	24	(25)	(1)	(3.290)	(392)
Resultado Financeiro		(25)	(1)	(3.287)	(392)
Prejuízo antes dos tributos sobre o lucro		(9.854)	(38.651)	(11.273)	(57.564)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	25	-	-	(94)	(58)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	25	-	-	1.513	18.971
Prejuízo do exercício		(9.854)	(38.651)	(9.854)	(38.651)
Atribuído aos acionistas controladores		-	-	(9.854)	(38.651)
Atribuído aos acionistas não controladores		-	-	-	-
Prejuízo por ação - R\$		(0,03)	(0,20)	(0,03)	(0,20)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo do exercício	(9.854)	(38.651)	(9.854)	(38.651)
Total do resultado abrangente do exercício	(9.854)	(38.651)	(9.854)	(38.651)
Atribuível a				
Acionistas controladores	-	-	(9.854)	(38.651)
Acionistas não controladores	-	-	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)**

	Capital Social	AFAC	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1	-	-	1
Aumento de capital social	193.218	-	-	193.218
Constituição de AFAC	-	70	-	70
Prejuízo do exercício	-	-	(38.651)	(38.651)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	193.219	70	(38.651)	154.638
Aumento de capital social	103.302	-	-	103.302
Baixa de AFAC	-	(70)	-	(70)
Prejuízo do exercício	-	-	(9.854)	(9.854)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	296.521	-	(48.505)	248.016

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo antes dos tributos sobre o lucro	(9.854)	(38.651)	(11.273)	(57.564)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício ao caixa proveniente das atividades operacionais				
Depreciação e amortização	6	-	3.871	4.263
Efeito líquido da baixa de imobilizado	-	(16)	-	53.955
Efeito líquido da baixa arrendamento por direito de uso	-	-	157	-
Resultado de equivalência patrimonial	6.193	38.302	-	-
Juros e encargos financeiros	-	-	404	64
Outras Receitas	-	(84)	(3.825)	(3.138)
IRPJ e CSLL corrente	-	-	-	-
IRPJ e CSLL diferido	-	-	-	-
	(3.655)	(449)	(10.666)	(2.420)
Redução (aumento) nos ativos operacionais:				
Estoques	-	-	42	(104)
Impostos a recuperar	-	-	12	(7.401)
Adiantamento a fornecedores	(17)	-	(380)	(108)
Despesas antecipadas	(8)	-	(20)	-
Outras contas a receber	(60)	-	(7.729)	-
	(85)	-	(8.075)	(7.613)
Aumento (redução) nos passivos operacionais				
Fornecedores	1.026	155	2.630	1.404
Arrendamento por direito de uso	-	-	(1.732)	1.732
Salários, provisão férias e encargos sociais	-	-	370	392
Obrigações tributárias	112	-	1.686	1.838
Provisão para descomissionamento de campos	-	-	124	-
Outras contas a pagar	-	137	(22.144)	33.049
	1.138	292	(19.066)	38.415
Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	(2.602)	(157)	(37.807)	28.382
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisições de ativos investimentos, imobilizado e intangível	(108.446)	(193.125)	(65.768)	(223.859)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	(108.446)	(193.125)	(65.768)	(223.859)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Empréstimos e financiamentos	-	-	(511)	2.225
Partes relacionadas	7.816	-	2.012	-
Aumento de capital social	103.302	193.218	103.302	193.218
AFAC	(70)	70	(70)	70
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	111.048	193.288	104.733	195.513
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	-	6	1.158	36
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	7	1	37	1
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	7	7	1.195	37
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	-	6	1.158	36

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receitas				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	-	-	3.097	2.278
Outras receitas	-	-	3.825	-
	-	-	6.922	2.278
Insumos adquiridos de terceiros				
Custo venda de produtos e serviços	-	-	(1.174)	(29)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(3.134)	(345)	(6.948)	(54.339)
	(3.134)	(345)	(8.122)	(54.368)
Valor adicionado bruto	(3.134)	(345)	(1.200)	(52.090)
Depreciação e amortização	(6)	-	(3.871)	(4.263)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	(3.140)	(345)	(5.071)	(56.353)
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	(6.193)	(38.302)	-	-
Receitas financeiras	-	-	3	-
Valor adicionado total a distribuir	(9.333)	(38.647)	(5.068)	(56.353)
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal (salários, encargos e benefícios)	125	-	1.005	721
Impostos, taxas e contribuições	91	4	1.639	483
Imposto de renda e contribuição social - diferido	-	-	(1.513)	(18.971)
Remuneração de capitais de terceiros	305	-	3.655	65
Prejuízo do exercício	(9.854)	(38.651)	(9.854)	(38.651)
Valor adicionado distribuído	(9.333)	(38.647)	(5.068)	(56.353)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

1.1. Atividades das empresas do Grupo

A Azevedo & Travassos Energia S.A. ("ATE" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Brasil. O endereço registrado do escritório da Companhia é Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1309, 5º andar, Jardim Paulistano - São Paulo - SP.

As demonstrações financeiras da Companhia abrangem a Companhia e suas subsidiárias, conjuntamente referidas como "Grupo".

A Companhia tem como objeto social a participação em outras sociedades, principalmente aquelas que tenham como atividade principal a exploração, produção e comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos, incluindo, sem limitação, as bacias sedimentares brasileiras.

A Azevedo & Travassos Petróleo S.A. ("ATP"), subsidiária integral da Companhia, tem como principais atividades a exploração, produção e comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos, incluindo, sem limitação, as bacias sedimentares brasileiras, as quais a Agência Nacional de Petróleo ("ANP") tenha concedido licenças, e as bacias sedimentares no exterior, assim como participar em outras sociedades, seja no Brasil ou no exterior.

A Phoenix Óleo e Gás Ltda. ("Phoenix"), subsidiária integral da ATP, tem como principais atividades a exploração, produção e comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos, sendo detentora dos direitos de concessão do Polo Periquito, que inclui os campos: (i) Periquito; (ii) Periquito Norte; (iii) Periquito Nordeste; (iv) Concriz; (v) Tanatau e (vi) Rio do Carmo, denominados "campos", e detentora dos direitos de concessão dos blocos exploratórios: (i) POT-T-565 e (ii) POT-T-610, denominados "blocos".

A Phoenix é a operadora e detém 100% de participação nos campos e blocos do Polo Periquito, situado na Bacia Potiguar, no Estado do Rio Grande do Norte.

Campos

(i) Periquito

Adquirido em 23/10/2019, o campo está localizado próximo a Mossoró/RN, é 100% detido pela Phoenix e possui, aproximadamente, 5,5 milhões de barris de Volume Original de Óleo In Place (VOOIP) e 214,4 milhões de m³ de Volume Original de Gás In Place (VOGIP). Atualmente possui 8 poços perfurados, sendo 4 em produção, 3 produtores parados temporariamente e 1 poço abandonado definitivamente.

(ii) Periquito Norte

Adquirido em 23/10/2019, o campo está localizado próximo a Mossoró/RN, é 100% detido pela Phoenix e possui, aproximadamente, 2,1 milhões de barris de Volume Original de Óleo In Place (VOOIP) e 24,1 milhões de m³ de Volume Original de Gás In Place (VOGIP). Atualmente possui 1 poço perfurado, parado temporariamente.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(iii) Periquito Nordeste

Adquirido em 23/10/2019, o campo está localizado próximo a Mossoró/RN, é 100% detido pela Phoenix e possui, aproximadamente, 5,8 milhões de barris de Volume Original de Óleo In Place (VOOIP) e 107,9 milhões de m³ de Volume Original de Gás In Place (VOGIP). Atualmente possui 5 poços perfurados, sendo 2 em produção, 2 produtores parados temporariamente e 1 poço abandonado definitivamente.

(iv) Concriz

Adquirido em 23/10/2019, o campo está localizado próximo a Mossoró/RN, é 100% detido pela Phoenix e possui, aproximadamente, 9,1 milhões de barris de Volume Original de Óleo In Place (VOOIP) e 70,3 milhões de m³ de Volume Original de Gás In Place (VOGIP). Atualmente possui 3 poços perfurados, sendo 2 em produção e 1 produtor parado temporariamente. No seu Plano de Desenvolvimento (PD), está previsto o compromisso firme de perfuração de 1 poço de desenvolvimento, programado para ser perfurado no primeiro semestre de 2026, e 1 poço de extensão como compromisso contingente. O objetivo destes poços é o de expandir a reserva provada e de elevar a produção do campo.

(v) Tanatau

Em 03/01/25, a Agência Nacional de Petróleo (“ANP”) deferiu a declaração de comercialidade elaborada pela Phoenix, referente à área de desenvolvimento inserida no bloco POT-T-565, que passou a ser designada como Campo de Tanatau. O Campo de Tanatau tem, aproximadamente, 8,3 km² de extensão e é oriundo do Plano de Avaliação de Descobertas (“PAD”) do poço pioneiro 1-PHO-1-RN, perfurado em 2021 no bloco POT-565 e testado e avaliado em outubro de 2024. Possui um volume original de óleo in place (“VOOIP”) por volta de 3,6 milhões de barris. A primeira fase do seu Plano de Desenvolvimento (“PD”) prevê para o ano de 2026 a perfuração de 2 poços firmes e a intervenção no poço PHO-1. Prevê ainda a perfuração de 2 poços de extensão como compromisso contingente. O objetivo destas atividades é expandir a reserva provada, elevar a produção do campo e garantir o prazo dessa nova concessão até 2050.

(vi) Rio do Carmo

Adquirido em 23/10/2019, o campo está localizado próximo a Mossoró/RN, é 100% detido pela Phoenix e possui, aproximadamente, 463 mil barris de Volume Original de Óleo In Place (VOOIP) e 8,5 milhões de m³ de Volume Original de Gás In Place (VOGIP). Atualmente possui 1 poço perfurado que está em produção.

Blocos

(i) POT-T-565

Contrato de Concessão assinado em 28/02/2020. O bloco está localizado próximo a Mossoró/RN e é 100% detido pela Phoenix. Após a declaração de comercialidade do Campo de Tanatau, que resultou na alocação de 8,3 km² para a área de concessão do Campo de Tanatau, a área remanescente do bloco ficou ainda reservada para a Phoenix realizar estudos adicionais até agosto de 2027. Caso estes estudos se mostrem promissores, um novo poço poderá vir a ser perfurado na área remanescente. Caso contrário, essa área remanescente do bloco será

**Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

devolvida para a ANP e a concessão POT-T-565 será encerrada.

(ii) POT-T-610

Contrato de Concessão assinado em 28/02/2020. O bloco está localizado próximo a Mossoró/RN e é 100% detido pela Phoenix. Os estudos geológicos realizados no bloco indicam uma estrutura geológica com potencial de conter uma acumulação importante de hidrocarbonetos. Um poço exploratório deverá ser perfurado no segundo semestre de 2026 para testar esta estrutura.

Parcerias comerciais

Em 24 de junho de 2024, a ATP assinou um contrato de parceria comercial com a Petro-Victory Energia Ltda. ("PVE"), uma empresa de exploração e produção de petróleo e gás natural que detém 38 concessões localizadas na porção onshore das bacias Potiguar e de Barreirinhas, situadas no Nordeste do Brasil. A PVE é subsidiária integral da Petro-Victory Energy Corp ("PV Corp"), cujas ações são negociadas na Bolsa de Valores de Toronto (TSXV) sob o símbolo VRY.

O acordo contempla planos de trabalho que serão desenvolvidos em duas concessões da PVE localizadas na Bacia Potiguar, quais sejam Campo de Andorinha e o bloco POT-T-281. A ATP arcará com os recursos necessários para realização do plano de trabalho nos ativos, que consiste, a princípio, na perfuração e completação de até dois poços no Campo de Andorinha e intervenção no poço CR-2, localizado no POT-T-281. Em contrapartida, a ATP participará dos lucros da produção desses poços na proporção de 75% (setenta e cinco por cento), até a devolução integral do CAPEX investido pela Companhia, e de 50,00% (cinquenta por cento) dali em diante, além do direito de poder exercer uma opção de compra dos referidos ativos.

Os ativos produtores, os direitos e as obrigações vinculados ao contrato de concessão do Campo de Andorinha foram objeto do Acordo de Associação e Outras Avenças mencionado na nota explicativa 28. (Evento Subsequente), o qual ainda depende de aprovação em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") da Companhia para ser concluído.

Aquisição de Ativos da Brava Energia

Em 07 de fevereiro de 2025, a ATP, em parceria igualitária com a PVE, assinou contrato relativo à aquisição de 13 campos de produção de petróleo, agrupados nos denominados Polo Porto Carão e Polo Barrinha, das empresas 3R RNCE S.A. e 3R Potiguar S.A., subsidiárias integrais da Brava Energia S.A. ("Brava").

O Polo Porto Carão está localizado na Bacia Potiguar Terrestre, no Rio Grande do Norte, próximo ao município de Guamaré, e possui 4 contratos de concessão, compreendendo 4 campos produtores de petróleo (Porto Carão, Serraria, Lagoa Aroeira e Carcará). O Polo Barrinha está também localizado na Bacia Potiguar Terrestre, no Rio Grande do Norte, próximo ao município de Mossoró, e possui 7 contratos de concessão, compreendendo 9 campos produtores de petróleo (Pintassilgo, Barrinha, Barrinha Leste, Barrinha Sudoeste, Fazenda Canaan, Poço Verde, Serra Vermelha, Pedra Sentada e Serra do Mel). Esses campos possuem, aproximadamente, 125 milhões (cento e vinte e cinco milhões) de barris de óleo in place e produziram, em média, 160 bbl/d (barris de óleo por dia) durante o ano de 2025.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A transação, que depende da aprovação da ANP para o fechamento, foi realizada pelo valor de USD 15.000.000,00 (quinze milhões de dólares) e seu contrato determina que toda a produção e benefício econômico das concessões e de sua produção serão devidos aos compradores, a partir da assinatura do contrato de aquisição, sujeito ao fechamento da transação. Ficou estabelecido que, após aprovação da ANP, a operadora dos campos será a ATP, que obteve, em setembro de 2025, a qualificação de Operadora C conferida pela ANP. O investimento de USD 15.000.000,00 deve ser realizado pela ATP-PVE com base no seguinte cronograma:

- USD 600.000,00 (seiscentos mil dólares) na assinatura do contrato de aquisição;
- USD 2.900.000,00 (dois milhões e novecentos mil dólares) no fechamento da transação;
- USD 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil dólares) 12 (doze) meses após o fechamento da transação;
- USD 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil dólares) 24 (vinte e quatro) meses após o fechamento da transação; e
- USD 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil dólares) em formato de pagamentos correspondentes a 7,00% (sete por cento) da receita bruta da produção dos campos (royalties).

Atualmente, a ATP e a PVE estão realizando atividades nestes campos, que compreendem projetos e modificações das suas instalações de produção, para permitir a transferência da operação dos ativos da Brava para a ATP. Essas atividades incluem a instalação de sistemas independentes de medição fiscal. Após a conclusão e aprovação desses sistemas pela ANP, será possível transferir os contratos de concessão dos campos.

A partir do mês de fevereiro de 2025, a ATP passou a se beneficiar dos resultados econômicos provenientes das atividades operacionais dos Polos Porto Carão e Barrinha.

A tabela a seguir apresenta o resultado econômico atribuído à ATP decorrente desses polos:

	1T25	2T25	3T25	4T25	2025
Produção Média Diária de Óleo (bbl/d)	157	145	194	35	130
Polo Barrinha	72	87	114	29	76
Polo Porto Carão	85	58	80	6	54
Produção Acumulada Mensal de Óleo (bbl)	9.294	13.273	17.828	2.804	43.199
Polo Barrinha	4.272	7.949	10.484	2.627	25.332
Polo Porto Carão	5.022	5.324	7.344	177	17.867
Receita Bruta dos Ativos (R\$)	3.953.356	5.076.758	6.676.572	940.410	16.647.096
Receita Bruta da ATP por Participação (50%) (R\$)	1.976.678	2.538.379	3.338.286	470.205	8.323.548

**Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

No 4º trimestre de 2025, a Brava iniciou a execução de obras de melhorias e adequações das instalações nos Polos Porto Carão e Barrinha, com foco no aprimoramento da segurança operacional e na prevenção de riscos ambientais, em conformidade com as normas e regulamentos da ANP. Com isto, a Brava deverá entregar, para a operação da ATP, todos os campos dos Polos Porto Carão e Barrinha em plena conformidade com os padrões de segurança operacional da ANP e com as Normas Técnicas Brasileiras (NBR). Tais intervenções afetaram a produção do 4º trimestre de 2025, sendo prevista a conclusão dessas obras durante o 2º trimestre de 2026.

A participação da PVE no contrato de aquisição dos ativos produtores, dos direitos e das obrigações vinculados aos contratos de concessão dos Polos Porto Carão e Barrinha foi objeto do Acordo de Associação e Outras Avenças mencionado na nota explicativa 28. (Evento Subsequente), o qual ainda depende de aprovação em AGE da Companhia para ser concluído.

Memorando de entendimentos com a Petro-Victory Energy Corp.

Em 2 de julho de 2025, a Companhia assinou Memorando de Entendimentos Vinculante ("MOU") com a PV Corp, visando à aquisição de todos os ativos, direitos e participações detidos no Brasil pela PVE. O valor total da operação é equivalente a USD 35.700.000,00 (trinta e cinco milhões e setecentos mil dólares).

Nos termos do MOU, estava prevista como condição precedente a realização do aumento de capital no valor máximo de R\$ 150.000.000,69 (cento e cinquenta milhões de reais e sessenta e nove centavos). Entretanto, o aumento de capital homologado totalizou R\$ 103.301.794,84 (cento e três milhões, trezentos e um mil, setecentos e noventa e quatro reais e oitenta e quatro centavos). Em razão dessa homologação parcial, a referida condição precedente não foi atendida. Ainda assim, ambas as Companhias mantiveram negociações que resultaram na assinatura do Acordo de Associação e Outras Avenças mencionado na nota explicativa 28. (Evento Subsequente).

Relação de entidades controladas e coligadas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 e 2024 incluem a Companhia e as seguintes empresas:

	31/12/2025		31/12/2024	
	%	Controle	%	Controle
Azevedo & Travassos Petróleo S.A. (ATP)	100	Direto	100	Direto
Phoenix Óleo e Gás Ltda. (Phoenix)	100	Indireto	100	Indireto

1.2. Estratégia operacional

- Investir significativamente na melhoria da infraestrutura das estações coletoras e poços nos campos detidos pela Phoenix, buscando: (a) aumentar a eficiência dos poços já produtores, (b) retomar a produção nos poços que estão parados temporariamente e (c) incrementar a comercialização de gás natural, que teve início oficialmente no Campo de Periquito no 3º trimestre de 2025.
- Investir em perfuração de novos poços nos campos detidos pela Phoenix, conforme previsto nos respectivos planos de desenvolvimento.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Realizar as ações necessárias através da perfuração e completação de poços pioneiros para confirmar as reservas possíveis dos blocos exploratórios detidos pela Phoenix, com a finalidade de declarar suas comercialidades e torná-los campos produtores.
- Assumir a operação dos campos adquiridos da Brava e implementar um programa amplo de reativação de poços parados para obter um rápido incremento da produção de óleo nestes ativos.
- Aprimorar os processos de gestão das intervenções realizadas nos poços, com o objetivo de racionalizar os custos e maximizar os resultados operacionais.
- Acompanhar os indicadores de produtividade e lifting cost na produção de petróleo e gás natural das empresas, visando a melhoria do desempenho dos seus poços e a gestão financeira do grupo;
- Dar sequência ao plano de expansão das reservas por meio da aquisição de ativos de exploração e produção, consolidação de micro e pequenos operadores de campos maduros terrestres e participação em licitações para produção e exploração em áreas onshore disponibilizadas pela ANP.

1.3. Conflito no Oriente Médio

A guerra envolvendo o Irã tem gerado incertezas no mercado internacional de petróleo, refletindo principalmente em oscilações temporárias nos preços de venda da commodity.

Apesar desse cenário, a administração entende que os impactos diretos sobre as operações de produção tendem a ser limitados, não comprometendo de forma relevante a continuidade ou a eficiência das atividades.

Ainda assim, a companhia mantém monitoramento constante da evolução do conflito e de seus possíveis desdobramentos, avaliando continuamente eventuais riscos e oportunidades associados ao contexto geopolítico.

2. Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

2.1. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC e IFRS)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as práticas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

**Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas evidenciam todas as informações relevantes próprias dessas demonstrações financeiras, e somente essas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração em sua gestão.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ocorreu na reunião do Conselho de Administração, realizada em 31/03/2026.

2.2. Base de consolidação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, direta e indireta, ATP e Phoenix.

O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar suas políticas financeiras e operacionais e tem a capacidade para auferir benefícios e estar exposta aos riscos de suas atividades. A controlada é integralmente consolidada a partir da data de aquisição, sendo esta a data na qual a Companhia obtém controle, e continua a ser consolidada até a data em que o controle deixar de existir.

As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme nas controladas incluídas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consistentes com aquelas utilizadas no período anterior, e o exercício social dessas controladas coincide com o da Companhia.

Os saldos de ativos e passivos e as receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações entre partes relacionadas, são eliminados por completo, quando aplicável. Uma mudança na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido.

O resultado do período e cada componente dos outros resultados abrangentes, reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, são atribuídos aos proprietários da controladora e à participação dos não controladores, mesmo no caso de perda.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual o grupo atua ("moeda funcional").

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em R\$ (Reais), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3. Resumo das políticas contábeis materiais

As práticas contábeis adotadas pela Companhia são consistentes em todos os exercícios e períodos apresentados. Nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2025 não ocorreram mudanças significativas nestas práticas, e tampouco nos métodos de cálculos utilizados em relação àqueles apresentados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Estão definidas abaixo as principais práticas contábeis adotadas na preparação e apresentação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.2. Instrumentos financeiros

(a) Ativos financeiros

Reconhecimento e mensuração

As contas a receber de clientes são reconhecidas inicialmente na data em que foram originadas. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Classificação e mensuração subsequentes

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e, neste caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima. No reconhecimento inicial, o grupo pode designar de forma irrevogável o reconhecimento de um ativo financeiro que atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como VJR caso isso elimine ou reduza significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

O grupo desreconhece um ativo financeiro: (i) quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou (ii) quando o grupo transfere os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou ainda quando o grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

(b) Passivos financeiros**Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas**

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

O grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(c) Estoques de óleo e gás

Os estoques são avaliados ao custo ou valor realizável líquido, dos dois, o menor. Os custos incorridos para levar o produto à sua localização e condição são mensurados pelo seu custo médio ponderado de aquisição ou de produção.

O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda.

Os estoques de petróleo podem ser comercializados em estado bruto.

(d) Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzidos das depreciações e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia e suas controladas. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

Os gastos com a exploração e avaliação diretamente associados ao poço exploratório são capitalizados como ativos de exploração e avaliação até que a perfuração do poço seja completada e seus resultados avaliados. Esses custos incluem salários de empregados, materiais e combustíveis utilizados, custo com aluguel de sonda e outros custos incorridos com terceiros.

A depreciação é reconhecida da seguinte forma:

- Ativos de exploração e avaliação: depreciados pelo método de unidades produzidas (UOP), considerando as reservas provadas relacionadas ao conjunto de ativos.
- Demais ativos: com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento).

As reservas provadas, a vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação aplicados para cada ativo são revisados no fim da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil esperada da mesma forma que os ativos próprios ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Um item de imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes na venda ou baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

(e) Ativo intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável.

Os ativos intangíveis correlatos à aquisição das concessões de direito de exploração e produção de petróleo e gás são amortizados pelo método de unidades produzidas (UOP), considerando as reservas provadas relacionadas.

(f) Investimentos e base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de entidades controladas direta ou indiretamente pela Companhia, por meio de suas controladas.

O controle é obtido quando a Companhia:

- Tem poder sobre a investida;
- Está exposta, ou tem direito, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida;
- Tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos.

A Companhia reavalia se retém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais de um dos três elementos de controle relacionados anteriormente.

Quando a Companhia não detém a maioria dos direitos de voto em uma investida, ela terá o poder sobre a investida quando os direitos de voto forem suficientes para capacitá-la na prática a conduzir as atividades relevantes da investida de forma unilateral. Ao avaliar se os direitos de voto da Companhia em uma investida são suficientes para lhe conferirem poder, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias relevantes, incluindo:

**Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- A dimensão da participação da Companhia em termos de direitos de voto em relação à dimensão e dispersão das participações dos outros detentores de direitos de voto;
- Direitos de voto em potencial detidos pela Companhia, por outros detentores de direitos de voto ou por outras partes;
- Direitos decorrentes de outros acordos contratuais;
- Quaisquer fatos e circunstâncias adicionais que indiquem que a Companhia tem, ou não tem, a capacidade de conduzir as atividades relevantes quando as decisões precisam ser tomadas, incluindo padrões de votação em assembleias anteriores.

A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o controle sobre a controlada e termina quando a Companhia perde o controle sobre a controlada. Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídas na demonstração do resultado e outros resultados abrangentes a partir da data em que a Companhia obtém o controle até a data em que a Companhia deixa de controlar a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras. O resultado abrangente total das controladas é atribuído aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras, mesmo se isso gerar saldo negativo para as participações não controladoras.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pelo grupo.

Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as entidades do grupo são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as demonstrações financeiras das controladas e dos empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

(g) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto sobre a renda está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto sobre a renda é calculada individualmente por cada entidade do grupo com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

(h) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto sobre a renda diferido ("imposto diferido") é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Os impostos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de ágio ou de reconhecimento inicial de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil, exceto para combinação de negócios, se aplicável.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Os impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados, considerando a apuração por entidade, apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e o grupo pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

(i) Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e de suas controladas e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo, e demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

(j) Ativos, passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;

**Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados;
- Obrigações legais são registradas como exigíveis independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito e de processos em que a Companhia questiona a inconstitucionalidade de tributos.

(k) Distinção entre ativos e passivos circulantes e não circulantes

A distinção entre circulante e não circulante é baseada no ciclo operacional ou de ativos realizados e passivos liquidados dentro desse mesmo ciclo. A norma define o ciclo operacional como o tempo entre a aquisição dos ativos que circulam continuamente (capital de giro) e sua realização em caixa. A Companhia e suas controladas adotam o prazo de 12 meses como ciclo operacional.

(l) Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia, quando aplicável, é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no dividendo mínimo definido no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

(m) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, somente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

(n) Reconhecimento da receita

O reconhecimento da receita é realizado conforme o IFRS 15 (CPC 47), que estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando e por quanto uma receita é reconhecida e mensurada. A receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços.

As receitas da Companhia são oriundas majoritariamente de vendas de óleo, gás e derivados. A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente e é reconhecida se:

**Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens forem transferidos para o comprador;
- for provável que benefícios econômico-financeiros fluirão para a Companhia;
- os custos associados e a possível devolução de produtos puderem ser estimados de maneira confiável;
- não haja envolvimento contínuo com os produtos vendidos; e
- o valor da receita possa ser mensurado de forma confiável.

A receita é mensurada líquida de devoluções e descontos comerciais, quando aplicável.

(o) Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor.

A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento, ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos.

Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento.

Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável.

Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos, ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra. Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor.

Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

(p) Combinação de Negócios

Combinações de negócio são registradas pelo método de aquisição quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende à definição de um negócio e o controle é transferido para a Companhia. Na determinação se um conjunto de atividades e ativos se caracteriza como um negócio, a Companhia avalia se o conjunto de ativos e atividades adquiridos contribui significativamente para a capacidade de gerar output.

A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Eventual ágio gerado na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição, quando estiverem presentes todos os elementos de mensuração. As contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício.

(q) Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

A apresentação da demonstração do valor adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(r) Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC)

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7).

(s) Resultado básico e diluído por ação

O resultado por ação básico e diluído é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias no respectivo exercício, considerando, quando aplicável, ajustes de desdobramento ocorridos no exercício ou nos eventos subsequentes na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

4. Estimativas e premissas contábeis significativas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com os pronunciamentos técnicos contábeis brasileiros e internacionais, que requerem que a Administração da Companhia faça julgamentos contábeis, estimativas e tome decisões que afetam a aplicação das práticas contábeis e os montantes apresentados de contas patrimoniais e de resultado.

As estimativas e julgamentos significativos baseiam-se na experiência histórica e em diversos outros fatores tidos como razoáveis diante das circunstâncias, cujos resultados constituem o critério para tomada de decisões sobre o valor contábil de ativos e passivos não imediatamente evidentes em outras fontes. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente. Mudanças em estimativas contábeis podem afetar apenas o período no qual a revisão foi feita, ou períodos futuros.

A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas contábeis:

4.1. Vida útil dos bens do imobilizado e intangível

No final de cada período de relatório, quando aplicável, a Companhia revisa a vida útil estimada, o valor residual e o método de depreciação ou amortização dos bens do imobilizado e do intangível.

4.2. Perda de créditos esperada

A perda de créditos esperada é constituída para levar as contas a receber de clientes ao seu valor de recuperação com base na análise individual dos créditos existentes. A Companhia adota o critério de provisionar a totalidade dos créditos considerados de difícil realização e reconhece imediatamente como perda no resultado aqueles considerados como incobráveis.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.3. Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido em mercado de ativos, esse é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método do fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível. Contudo, quando isso não for viável, o julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como, por exemplo: taxa de juros, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

4.4. Impostos

Existem incertezas em relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. O grupo está sujeito, no curso normal dos negócios, a investigações, auditorias, processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias tributárias e trabalhistas. Dependendo do objeto das investigações, processos judiciais ou procedimentos administrativos que sejam movidos contra a Companhia, esta pode ser adversamente afetada, independentemente do respectivo resultado.

5. Novos pronunciamentos técnicos

5.1. Adoção de novos pronunciamentos contábeis

Não há nenhuma nova norma ou alteração válida para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2025 ou após essa data que afete materialmente as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

5.2. Novos pronunciamentos emitidos e ainda não adotados

Foram emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) novas normas, alterações de normas e interpretações ainda não vigentes para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

A Companhia não adotou antecipadamente tais pronunciamentos na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Entre os normativos emitidos e que poderão ter reflexos em divulgações futuras da Companhia, destacam-se:

(a) IFRS 18 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

Emitida em abril de 2024, a IFRS 18 substituirá a IAS 1 e introduzirá novos requisitos para apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras, especialmente na demonstração do resultado, incluindo a definição de subtotais específicos e a classificação das receitas e despesas em categorias, tais como operacional, investimento e financiamento.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A norma também estabelece novos requerimentos de divulgação para medidas de desempenho definidas pela administração, bem como critérios adicionais de agregação e desagregação de informações nas demonstrações financeiras e em suas notas explicativas. Adicionalmente, foram emitidas alterações correlatas à IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, com reflexos sobre determinados aspectos de apresentação dos fluxos de caixa.

A IFRS 18 entra em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027.

A Companhia está avaliando os impactos da aplicação dessa norma sobre a apresentação e as divulgações de suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

(b) IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

Emitida em maio de 2024, a IFRS 19 permite que determinadas subsidiárias elegíveis adotem requisitos reduzidos de divulgação, mantendo-se os critérios de reconhecimento, mensuração e apresentação previstos nas demais normas IFRS.

A norma entra em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027.

Com base em sua avaliação preliminar, a Companhia entende que esse normativo não deverá produzir efeitos relevantes sobre suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

(c) Alterações ao IFRS 9 e ao IFRS 7

Ao longo de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 – Instrumentos Financeiros e ao IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Evidenciação, contemplando, entre outros aspectos, esclarecimentos sobre classificação e mensuração de instrumentos financeiros, baixa de passivos financeiros em determinadas circunstâncias, avaliação de características contratuais específicas e requisitos adicionais de divulgação.

Essas alterações entram em vigor, em sua maior parte, para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026.

A Companhia está avaliando os potenciais efeitos dessas alterações, não sendo esperado, até o momento, impacto material sobre suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

(d) Melhorias anuais às normas IFRS – Volume 11

Em julho de 2024, o IASB emitiu melhorias anuais contemplando ajustes pontuais em determinadas normas IFRS, com o objetivo de aprimorar sua redação e consistência.

Essas alterações entram em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026.

Com base na avaliação preliminar da Administração, não se espera que essas melhorias anuais produzam impacto material sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(e) Outras normas e interpretações

A Companhia não identificou, até a data de autorização destas demonstrações financeiras, outras normas, alterações de normas ou interpretações emitidas e ainda não vigentes que possam ter impacto material sobre suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa	1	1	3	1
Banco conta movimento	6	6	9	31
Aplicações financeiras	-	-	1.183	5
Total	7	7	1.195	37

São classificados pela Administração da Companhia e suas controladas na rubrica “Caixa e equivalentes de caixa” os valores que representam dinheiro em caixa, depósitos imediatamente resgatáveis e de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitos a insignificante risco de alteração de valor.

O saldo de caixa, bancos e aplicações financeiras compreende valores disponíveis para uso imediato e os referidos saldos decorrem da estratégia e do fluxo normal das operações do grupo.

7. Estoques

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Petróleo bruto (i)	62	97
Material de consumo (ii)	-	7
Total	62	104

- (i) Estoque de petróleo armazenado nas Estações Coletoras de Periquito e Concriz.
- (ii) Estoque de materiais para uso na operação e manutenção dos equipamentos dos poços.

8. Adiantamento a fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores nacionais	17	-	488	108
Total	17	-	488	108

**Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Impostos a recuperar

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
ICMS	9	5
PIS/COFINS	-	12
IRPJ/CSLL	-	4
Total	9	21

10. Outras contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Petro Victory Energia Ltda (i)	-	-	12.284	4.743
Drake Engenharia (ii)	-	-	200	1.966
Brava Energia S.A. (iii)	-	-	1.740	-
Outras contas a receber	60	-	680	466
Total	60	-	14.904	7.175
Circulante	60	-	3.543	6
Não circulante	-	-	11.361	7.169

- (i) Valores pagos à PVE ou incorridos pela ATP com base no contrato de opção e cessão de participação, no valor de R\$ 10.544, e a parcela do adiantamento pela compra dos ativos da Brava realizada pela ATP em nome da PVE, no total de R\$ 1.740.
- (ii) Valores transferidos pela ATP que serão reembolsados pela Drake Engenharia e Participações Ltda..
- (iii) Valores pagos à Brava Energia S.A. em atendimento ao contrato de aquisição dos campos de produção de petróleo agrupados nos polos de Porto Carão e Barrinha.

11. Investimentos

Em 31 de dezembro de 2025, os investimentos da Companhia compreendiam a participação societária na controlada abaixo:

(a) Composição do investimento

Investidas	País	Atividade principal	Participação (%)		Patrimônio Líquido	
			31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
ATP	Brasil	E&P	100	100	257.033	154.823
Total					257.033	154.823

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Movimentação da investida

	Controladora
	ATP
Saldo final em 31/12/2023	-
Aquisição de investimento	193.125
Resultado de equivalência patrimonial	(38.302)
Saldo final em 31/12/2024	154.823
Resultado de equivalência patrimonial	(6.193)
AFAC - Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	108.403
Saldo final em 31/12/2025	257.033

(c) Informações sobre a empresa investida

	ATP	
	31/12/2025	31/12/2024
Ativo	259.037	185.614
Passivo	2.004	30.791
Patrimônio líquido	263.226	193.125
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(6.193)	(38.302)

AZEVEDO & TRAVASSOS ENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Imobilizado e intangível

(a) Composição do imobilizado e intangível

Controladora	Vida útil (anos)	31/12/2024		31/12/2025	
		Custo	Saldo Líquido	Custo	Saldo Líquido
Imobilizado					
Equipamentos de informática	5	16	16	59	53
Total		16	16	59	53

Consolidado	Vida útil (anos)	31/12/2024		31/12/2025	
		Custo	Saldo Líquido	Custo	Saldo Líquido
Imobilizado					
Móveis e utensílios	10	21	12	37	25
Equipamentos de informática	5	119	42	166	78
Veículos	5	106	-	-	-
Máquinas e equipamentos	10	960	387	43.956	42.568
Direitos de uso	5	2.113	1.831	-	-
Poços	UOP	14.140	11.540	77.417	73.660
Imobilizado em andamento	-	3.350	3.350	20.909	20.909
Total		20.809	17.162	142.485	137.240
Intangível					
Gastos exploratórios	UOP	16.177	7.541	16.177	6.914
Concessão de direitos	UOP	146.696	140.938	90.236	87.052
Total		162.873	148.479	106.413	93.966
Imobilizado e Intangível		183.682	165.641	248.898	231.206

AZEVEDO & TRAVASSOS ENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Movimentações do imobilizado e intangível

Controladora	Vida útil (anos)	Saldo em 31/12/2023	Movimentações			Saldo em 31/12/2024
			Adições	Transferências	Baixas	
Imobilizado						
Equipamentos de informática	5	-	16	-	-	16
Total		-	16	-	-	16
Controladora						
Imobilizado						
Equipamentos de informática	5	16	43	-	-	53
Total		16	43	-	(6)	53
Consolidado						
Imobilizado						
Móveis e utensílios	10	-	21	-	(9)	12
Equipamentos de informática	5	-	119	-	(77)	42
Veículos	5	-	106	-	(106)	-
Máquinas e equipamentos	10	-	960	-	(573)	387
Direitos de uso	5	-	2.113	-	(282)	1.831
Poços	UOP	-	14.140	-	(2.600)	11.540
Imobilizado em andamento	-	-	3.350	-	-	3.350
Total		-	20.809	-	(3.647)	17.162
Intangível						
Gastos exploratórios	UOP	-	16.177	-	(8.636)	7.541
Concessão de direitos	UOP	-	146.696	-	(5.758)	140.938
Total		-	162.873	-	(14.394)	148.479
Imobilizado e Intangível		-	183.682	-	(18.041)	165.641

AZEVEDO & TRAVASSOS ENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Consolidado	Vida útil (anos)	Saldo em 31/12/2024	Movimentações				Saldo em 31/12/2025
			Adições	Transferências	Baixas	Depreciação e amortização	
Imobilizado							
Móveis e utensílios	10	12	16	-	-	(3)	25
Equipamentos de informática	5	42	47	-	-	(11)	78
Veículos	5	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	10	387	42.996	-	-	(815)	42.568
Direitos de uso	5	1.831	-	-	(1.584)	(247)	-
Poços	UOP	11.540	6.878	56.399	-	(1.157)	73.660
Imobilizado em andamento	-	3.350	17.559	-	-	-	20.909
Total		17.162	67.496	56.399	(1.584)	(2.233)	137.240
Intangível							
Gastos exploratórios	UOP	7.541	-	-	-	(627)	6.914
Concessão de direitos	UOP	140.938	251	(56.399)	(312)	2.574	87.052
Total		148.479	251	(56.399)	-	1.947	93.966
Imobilizado e Intangível		165.641	67.747	-	(1.584)	(286)	231.206

Em 17 de junho de 2024, a ATP adquiriu a participação de 100% das quotas da Phoenix, empresa detentora dos direitos de concessão de exploração e produção de petróleo e gás. O valor da transação, considerando ajustes e os pagamentos diferidos, foi de R\$ 157.316.

A aquisição da Phoenix gerou uma mais-valia de R\$ 141.140 registrada inicialmente no Intangível (Concessão de direitos). Em junho de 2025, foram concluídos os estudos e a mensuração para a alocação definitiva desta mais-valia aos ativos, direitos e obrigações adquiridos na transação, conforme estabelecido no Pronunciamento Técnico CPC 15. Com isto, foi transferido o montante de R\$ 56.399 do Intangível para o Imobilizado, correspondente ao valor justo dos ativos físicos e da infraestrutura adquiridos na transação, bem como houve a revisão da vida útil estimada para os bens e direitos objeto da transação, com a utilização do método de amortização com base nas unidades produzidas para os ativos de óleo e gás.

Durante o ano de 2025, a ATP realizou investimentos relevantes em equipamentos de produção e exploração de petróleo e gás natural, totalizando R\$ 42.996. Do conjunto de equipamentos adquiridos, constam duas sondas terrestres, uma de perfuração e outra de produção, e um compressor de gás natural.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Partes relacionadas

Trata-se substancialmente da transferência de recursos financeiros entre a Controladora e suas subsidiárias integrais para liquidação de passivos e manutenção do caixa administrativo ou transações com acionistas.

As transações com partes relacionadas estão divulgadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Outras contas a receber				
Forseti Investimentos Ltda.	-	-	-	200
Total	-	-	-	200
Outras contas a pagar				
ATP	-	(53)	-	-
Nemesis Brasil Participações S.A.	(4.514)	-	(4.514)	(3.955)
Forseti Investimentos Ltda.	(3.355)	-	(3.355)	(2.102)
Total	(7.869)	(53)	(7.869)	(6.057)
Ativo (Passivo) com partes relacionadas, líquido.	(7.869)	(53)	(7.869)	(5.857)

14. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Materiais	-	-	520	139
Serviços	1.181	155	3.514	1.265
	1.181	155	4.034	1.404

AZEVEDO & TRAVASSOS ENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos contratados não possuem nenhum tipo de covenant financeiro e são operações destinadas a financiar o capital de giro.

Banco / Contrato	Empresa	Operação	Encargos	Emissão	Vencimentos	Consolidado	
						31/12/2025	31/12/2024
BRADESCO - GIRO FGI CTR 14191669	Phoenix	CCB	9,25% a.a.	04/10/2021	04/09/2026	1.874	1.470
CONFIANÇA FINANCEIRA - (1ª EMISSÃO)	Phoenix	Nota Comercial	3,50% a.m.	26/03/2024	10/07/2025	-	57
CONFIANÇA FINANCEIRA - (2ª EMISSÃO)	Phoenix	Nota Comercial	3,50% a.m.	16/04/2024	16/06/2025	-	280
BANCO CAIXA	Phoenix	CCB	23,87% a.a.	08/10/2023	12/09/2027	31	48
BANCO CAIXA	Phoenix	CCB	23,87% a.a.	12/10/2023	12/09/2027	277	434
				Total		2.182	2.289
				Circulante		2.051	1.982
				Não circulante		131	307
					Valor Total		%
				2026	2.051		94,00%
				2027	131		6,00%
					2.182		100,00%

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Arrendamento por Direito de Uso

Refere-se aos compromissos assumidos em contratos de locação de equipamentos da Companhia.

O ajuste a valor presente relacionado aos contratos de arrendamento por direito de uso é calculado individualmente por contrato e aplicado durante sua vigência, considerando o prazo de vencimento.

Em 2025, a ATP adquiriu o equipamento objeto do arrendamento e o contrato foi encerrado.

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-
(+) Adições	2.113
(-) Pagamentos	(403)
(+) Juros reconhecidos	22
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.732
(-) Pagamentos	(353)
(+) Juros reconhecidos	49
(-) Baixas	(1.428)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	-
Circulante	-
Não circulante	-

17. Salários, provisões para férias e encargos sociais

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Salários e quitações a pagar	165	83
Provisão para férias e 13 salário	234	156
Encargos sociais	363	153
	762	392

18. Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Outros impostos				
ICMS a recolher	-	-	37	9
ISS a recolher	-	-	15	15
Impostos retidos na fonte	50	-	64	130
PIS e COFINS a recolher	-	-	29	36
IRPJ e CSLL a recolher	-	-	21	25
Parcelamentos tributários (i)	62	-	3.507	1.624
Outros	-	-	3	57
	112	-	3.676	1.896
Circulante	92	-	813	326
Não circulante	20	-	2.863	1.570

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (i) Correspondem a parcelamentos de débitos de tributos federais e estaduais, assim como débitos previdenciários.

19. Outras contas a pagar

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Superficiários a pagar (i)	612	643
Adiantamento de clientes	838	717
Drake Engenharia (ii)	-	22.417
Outras	260	77
	1.710	23.854
Circulante	1.098	4.905
Não circulante	612	18.949

- (i) Saldo a pagar para os superficiários, aguardando a autorização da ANP.
- (ii) Em 31 de dezembro de 2024, o saldo a pagar para Drake Engenharia e Participações Ltda era composto por R\$ 5.826 referentes à parcela fixa, R\$ 11.495 referentes à parcela variável (earn-out) da compra da Phoenix e R\$ 5.096 por gastos a serem reembolsados. Durante o 3º trimestre de 2025, os créditos a favor da Drake foram adquiridos por investidores e convertidos em capital social na Companhia (ver nota explicativa 20).

20. Patrimônio líquido**Capital social**

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social da Companhia subscrito e integralizado era de R\$ 193.219, sendo 197.585.471 ações ordinárias e um saldo de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) no valor de R\$ 70.

Em 6 de agosto de 2025, o Conselho de Administração da Companhia homologou o aumento de capital no valor total de R\$ 103.302, representado por 141.509.308 novas ações ordinárias, ao preço de emissão de R\$ 0,73 (setenta e três centavos) por ação. O referido aumento de capital foi integralizado parte em dinheiro, no montante de R\$ 18.376, e parte em créditos detidos contra a Companhia e/ou suas Subsidiárias direta e indireta, no montante de R\$ 84.926.

Em decorrência deste aumento, o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, passou de R\$ 193.219, representado por 197.585.471 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, para R\$ 296.521, representado por 339.094.779 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Dividendos e juros sobre o capital próprio

Para todas as classes de ações está previsto o pagamento de dividendo mínimo anual obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado na forma da legislação societária.

Devido à apuração de prejuízos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2025, não houve distribuição de dividendos.

Reserva legal

Deverá ser constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital.

Prejuízos acumulados

A Companhia apresentou prejuízo no valor de R\$ 9.857 no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o qual foi destinado à conta de Prejuízos Acumulados. Desse modo, a conta de Prejuízos Acumulados, que em 31 de dezembro de 2024 apresentava o valor de R\$ 38.651, passou a apresentar o valor de R\$ 48.508 em 31 de dezembro de 2025.

21. Provisão para contingência

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possui saldos registrados de provisões para contingência em processos judiciais ou administrativos nos quais é parte, pois, na opinião dos seus assessores legais, a probabilidade de perda desses processos é classificada como possível.

O valor das contingências classificadas como possíveis pelos advogados, conforme a prática jurídica, encontra-se discriminado abaixo:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Causas tributárias	210	2.151
Causas Cíveis	3.833	1.878
Administrativas	445	-
Total	4.488	4.029

22. Receita de venda e serviços prestados, líquida

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Receita bruta		
Receita bruta de produtos e serviços	3.097	2.278
	3.097	2.278
Deduções		
Impostos sobre as receitas	(224)	(80)
	(224)	(80)
Receita líquida	2.873	2.198

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Gastos por natureza

(a) Controladora

Controladora	31/12/2025			31/12/2024		
	Despesas gerais e administrativas	Amortização e depreciação	Total	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas e despesas	Total
Salários e encargos	(103)	-	(103)	-	-	-
Honorários dos Administradores	(27)	-	(27)	-	-	-
Serviços contratados de terceiros	(2.603)	-	(2.603)	(335)	-	(335)
Amortização e depreciação	-	(6)	(6)	-	-	-
Outras receitas e despesas	(897)	-	(897)	(97)	84	(13)
Total	(3.630)	(6)	(3.636)	(432)	84	(348)

(b) Consolidado

	31/12/2024				
	Custos	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas e despesas	Amortização e depreciação	Total
Salários e encargos	(592)	(164)	-	-	(756)
Honorários dos Administradores	-	(26)	-	-	(26)
Serviços contratados de terceiros	(100)	(1.537)	-	-	(1.637)
Materiais	(73)	-	-	-	(73)
Ganho/(perda) na alienação do ativo imobilizado	-	-	(53.971)	-	(53.971)
Amortização e depreciação	-	-	-	(3.528)	(3.528)
Outras receitas e despesas	(722)	(1.795)	3.138	-	621
Total	(1.487)	(3.522)	(50.833)	(3.528)	(59.370)

	31/12/2025				
	Custos	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas e despesas	Amortização e depreciação	Total
Salários e encargos	(667)	(1.249)	-	-	(1.916)
Honorários dos Administradores	-	(95)	-	-	(95)
Serviços contratados de terceiros	(65)	(5.237)	-	-	(5.302)
Materiais	(1.255)	-	-	-	(1.255)
Amortização e depreciação	-	-	3.825	(3.871)	(46)
Outras receitas e despesas	813	(2.728)	(330)	-	(2.245)
Total	(1.174)	(9.309)	3.495	(3.871)	(10.859)

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras				
Juros ativos	-	-	3	-
Total	-	-	3	-
Despesas financeiras				
Despesas Bancárias	(1)	-	(45)	(3)
Variações Cambiais	-	-	(38)	-
IOF	-	-	(7)	-
Juros s/empréstimos	-	-	(1.944)	-
Juros e multas	(24)	(1)	(1.256)	(389)
Total	(25)	(1)	(3.290)	(392)
Receita / despesa líquida	(25)	(1)	(3.287)	(392)

25. Imposto de Renda e Contribuição Social

A conciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social calculadas pela aplicação das alíquotas vigentes e os valores refletidos no resultado dos períodos estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro	(9.854)	(38.651)	(11.276)	(57.564)
Alíquotas nominais	34%	34%	34%	34%
IR e CSL calculados às alíquotas nominais	3.350	13.141	3.833	19.572
Itens de conciliação para determinação da taxa efetiva:				
Resultado de equivalência patrimonial	(2.106)	(13.023)	-	-
IR/CSL diferidos sobre prejuízo fiscal não constituídos	(1.244)	(118)	(1.244)	(118)
Resultado tributado pelo Lucro Presumido	-	-	(1.059)	(531)
IR/CSL apurados pelo Lucro Presumido	-	-	(94)	-
Outras (adições) exclusões	-	-	(17)	(10)
IR/CSL apurados	-	-	1.419	18.193
IR e CSL - corrente	-	-	(94)	(58)
IR e CSL - diferido	-	-	1.513	18.971
IR e CSL no resultado do exercício	-	-	1.419	18.913
Alíquota efetiva	0%	0%	13%	33%

A Companhia e a ATP optaram pela metodologia de cálculo do imposto de renda e da contribuição social com base no lucro real anual para os anos-calendário de 2025 e 2024. Já a Phoenix optou pela metodologia de cálculo com base no lucro presumido.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os créditos e débitos tributários diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seus respectivos valores contábeis e se encontram distribuídos da seguinte forma:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Ativos		
Prejuízo fiscal e base negativa	20.484	18.971
Ativos fiscais diferidos	20.484	18.971
Exercício	Consolidado	
2026	1.024	5%
2027	3.073	15%
2028 em diante	16.387	80%
Total	20.484	100%

26. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

A Companhia não mantém operações com instrumentos financeiros derivativos.

A Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A Companhia não possui instrumentos financeiros que possam ser caracterizados por operações com derivativos, conforme Instrução CVM nº 235/95.

Fatores de risco financeiro

Os principais riscos inerentes às operações da Companhia e a forma de controle e mitigação, quando aplicáveis, são assim descritos.

Risco de taxa de juros (risco de mercado)

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando mitigar esse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas. A Administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo, e assim justifica a não demonstração da análise de sensibilidade deste risco.

Riscos de liquidez

Risco de a Companhia não possuir recursos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia restringe sua exposição a riscos de créditos associados a bancos e a aplicações financeiras, efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha e com remuneração em títulos de curto prazo.

27. Seguros

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía apólices de seguro-garantia, com vigência até o segundo semestre de 2026, cobrindo as obrigações estabelecidas nos Programas Exploratórios Mínimos (PEM) referentes aos Contratos de Concessão dos Blocos Exploratórios POT-T-565 e POT-T-610.

O seguro-garantia visa cobrir eventuais indenizações à ANP em caso de não cumprimento integral do Plano Exploratório Mínimo (PEM) e Programa de Trabalho Inicial (PTI), nos respectivos Contratos de Concessão.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguro, a qual foi determinada pela Administração e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

28. Evento subsequente

28.1. Acordo de Associação e Outras Avenças com a PVE

Em 26 de março de 2026, a Companhia assinou um Acordo de Associação e Outras Avenças ("Acordo") com a PVE. Este Acordo prevê a constituição de uma nova subsidiária pela PVE ("NewCo") com os seguintes ativos produtores, exploratórios e direitos:

- A participação da PVE no contrato de compra e venda celebrado entre PVE-ATP e as empresas 3R RNCE S.A. e 3R Potiguar S.A., subsidiárias integrais da Brava, para a aquisição de 12 campos de produção de petróleo, agrupados nos denominados Polo Porto Carão e Polo Barrinha (vide nota explicativa 1. Contexto Operacional).
- 100% do Contrato de Concessão relativo ao Campo de Andorinha (vide nota explicativa 1. Contexto Operacional).
- 100% dos Contratos de Concessão relativos aos blocos exploratórios denominados: (i) POT-T-566; (ii) POT-T-304; (iii) POT-T-327; (iv) POT-T-352; (v) POTT-436; e (vi) POT-T-474.

O acordo estipula a incorporação da NewCo pela ATE em troca de ações da Companhia, equivalentes à 10,25% do seu capital social. A operação, para ser realizada, depende de aprovação pela Assembleia Geral Extraordinária da ATE.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

As principais características e valores das Concessões adquiridas são:

- O Campo de Andorinha possui volume estimado de 5,55 milhões de barris de óleo in place e 527 mil barris de óleo de reserva provada e certificada 1P.
- Os seis blocos exploratórios totalizam uma área de aproximadamente 150 km², coberta por sísmica 3D adquirida e reprocessada e com Recursos Contingentes mapeados P10 passíveis de superar 4,45 milhões de barris de óleo.
- O contrato de compra e venda de ativos da Brava abrange 10 concessões que corresponde a 100% de 12 campos de petróleo com volume estimado de 124,87 milhões de barris de óleo in place e 3,36 milhões de barris de óleo de reserva provada e certificada 1P.

Endereço: Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1309, andar 5º
Jardim Paulistano - São Paulo – SP – CEP.: 01452-002
E-mail: ri@azevedotravassosenergia.com.br
Site: www.azevedotravassosenergia.com.br

